



Como 'matar' o criminoso e salvar o homem? Esta foi uma das questões que levou um advogado e jornalista a desenvolver um modelo de prisões sem armas nem guardas no Brasil. É uma das questões que, direta ou indiretamente, estão presentes no debate e nas experiências de humanização das cadeias que têm surgido em vários pontos do mundo

As grandes mão fazem a prisão

parceria com o Ministério da Justiça, a administração penitenciária e as autarquias. Inicialmente tinha apenas casas de saída (para pessoas que já cumpriram a pena ou estão em liberdade condicional, para lhes dar apoio no seu regresso à sociedade), mas expandiu a sua atuação. As suas casas de transição estão localizadas em zonas urbanas, de modo a facilitar o acesso a alguns serviços e oportunidades de emprego. Em cada casa, as 15 pessoas que aí vivem são acompanhadas, de forma personalizada, por uma equipa de 10 a 12 funcionários, na qual se inclui psicólogos, assistentes sociais e criminólogos. Não existem guardas prisionais. A partir da elaboração de um plano individual, os residentes adotam rotinas dentro e fora de casa, realizando tarefas domésticas, contactando com a família, procurando emprego, trabalhando ou fazendo voluntariado, podendo recorrer a terapias e a momentos de lazer. Em função deste plano, podem ser autorizados a sair de casa para trabalhar ou visitar a família. A taxa de reincidência é 4,6% inferior à taxa comum na Holanda, segundo um estudo de 2017 da Universidade de Leiden.

Em Portugal existem apenas casas de saída, geridas por associações como a Confiar e O Companheiro e pela Santa Casa da Misericórdia, destinadas a todos aqueles que – tendo cumprido a pena de prisão ou estando em liberdade condicional – não têm para onde ir. O objetivo é ajudá-los na reinserção social.

HUMANIZAR A PENA PARA REINSERIR

O próprio debate sobre a humanização das prisões, que se acendeu em vários pontos do mundo, parece já ter arrancado em Portugal. O que está em causa nos vários países é uma reforma do sistema prisional, num contexto em que este cumpre muitas vezes a sua função punitiva, mas nem tanto o propósito ressocializador e de reinserção social – o que leva a que continuem a existir taxas de reincidência elevadas. Embora não existam estatísticas oficiais, estima-se que no mundo a reincidência se situe entre os 70% e os 75%.

Em 2019 foi apresentado em Portugal um programa base para aquilo que deveriam ser as prisões do futuro, na sequência de um protocolo estabelecido entre a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. A proposta passava pela construção de novas prisões, começando pelas de Ponta Delgada e do Montijo. Estas duas deveriam estar prontas até 2023, mas seriam empurradas pelo Governo para o final da década: a primeira ainda não teve aprovação na câmara; a segunda está avançar, com o processo de seleção do ateliê de arquitetura a terminar.

Sem grades nem celas, estas desenvolvem-se em torno de pátios habitacionais (que podem ser espaços de jogos, ter um jardim, uma horta), com o intuito de criar pequenas comunidades. Ao contrário do que acontece hoje, as deslocações são livres e desafogadas dentro do complexo (para estudar, ir ao médico, entre outras coisas) – ainda que o projeto tenha, no final, ficado com “uma dimensão securitária mais intensa do que o desejável”, fruto das divergências entre as várias entidades envolvidas no processo, detalha um dos arquitetos envolvidos na sua elaboração, Jorge Mealha. “O que se propõe é uma mudança de paradigma: as prisões enquanto equipamentos de reabilitação e tratamento, com adequação ambiental, funcionalidade, economia e segurança”, explica, acrescentando que tudo isto

está coordenado com os sistemas de saúde, de educação e de ação social.

O Norte da Europa serviu de inspiração. Na Dinamarca, por exemplo, de uma parceria entre arquitetos, faculdades e serviços prisionais resultou um projeto para reinventar o espaço que antes albergava a antiga prisão de Vridsløselille, a 15 quilómetros do centro de Copenhaga. Tentando preservar ao máximo a geometria das instalações anteriores, os arquitetos derrubaram os muros para criar um novo bairro ecológico no município de Albertslund, com espaços verdes e o objetivo de atrair novos residentes e atividade comercial.

“Quase todos os países estão a debater o novo paradigma prisional”, garante Jorge Mealha. “Até nos Estados Unidos, que têm um sistema horrível, massificado e com condições draconianas, o debate está muito intenso”, com o arquiteto norte-americano e canadiano Frank Gehry envolvido num grupo de trabalho para idealizar o que podem ser estas prisões do futuro.

A arquitetura pode ser assim um ponto de partida para uma reforma maior no sistema prisional – ainda que a Direção-Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP) considere que, embora a humanização do sistema prisional possa ser influenciada pelo espaço, não depende deste. Também Carlos Rato, diretor-geral da APAR (Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso), realça que as condições de habitabilidade das prisões, embora necessárias, não constituem o aspeto fundamental da reforma do sistema prisional. “Evidentemente, é indigno ter pessoas no estabelecimento prisional (EP) de Lisboa com ratos, o esgoto e fios elétricos a sair, sem luz... isto é medieval, não devia existir!”, atira, considerando o programa base muito positivo.

Carlos Rato descreve um cenário de isolamento da comunidade e de ligação ténue à família nas prisões portuguesas, com falta de condições e sobrelotação em várias, escassez de psiquiatras, técnicos de reinserção social asoberbados e uma taxa de reincidência a rondar os 70%. Embora reconheça que há situações muito díspares, relata casos, como no EP de Lisboa ou de Setúbal, com “condições da Idade Média”, onde “vivem oito pessoas num espaço minúsculo”. Dá ainda o exemplo de “cadeias com beliches de três lugares onde só há espaço para uma pessoa entre o beliche e a parede, com a sanita à frente das camas”, o que faz com que “quando um está a urinar ou a defecar” os outros estejam “a olhar

A arquitetura pode ser um ponto de partida para uma maior humanização do sistema prisional

para ele”. E garante que a rotina é inexistente, desde que em 2008 a atividade que existia nas cadeias foi extinta. “Até então os reclusos trabalhavam nos campos, formavam-se carpinteiros, encadernadores de livros... Hoje passam os dias a vaguear pelos pátios e pelos corredores, sem saberem o que fazer.”

Não é isto que mostram os números da DGRSP. De acordo com o Relatório de Atividade de 2020, 48,6% dos reclusos tinha uma ocupação laboral, dentro ou fora das instalações do EP. Aquele organismo diz ainda ao Expresso que, embora em agosto de 2018 a taxa de ocupação fosse de 100,1%, a 31 de dezembro de 2020 esta era, “no seu conjunto, 86,9%”, com 11228 reclusos para 12923 lugares, fruto da descida da população prisional (e antes da publicação da lei que previa um regime excecional de perdão de algumas penas como forma de combate à pandemia). Mas o diretor-geral da APAR contesta os números, sublinhando que a DGRSP considera trabalho “varrer um vão de escada durante dez minutos ou trabalhar nos serviços de apoio à prisão 1h por dia”, e que todos os reclusos de substituição (que estão à espera de uma vaga para trabalhar) são considerados ativos. “O trabalho efetivo deve representar um sexto da população reclusa.” Em relação à taxa de ocupação explica que “a maioria das prisões aparece como não estando sobrelotada”, uma vez que se decidiu que em alguns pisos as celas deixavam de ser individuais e passavam a ter duas pessoas – algo que “é ilegal, uma vez que a lei diz que qualquer recluso tem direito a uma cela individual e apenas provisória e excecionalmente pode estar com outros”.

“O nosso sistema prisional é obsoleto”, continua. “Existe com um espírito meramente punitivo e repressivo, mas a nossa legislação é totalmente ressocializadora – considera que toda a pena deve motivar o cidadão a integrar-se na sociedade, sem voltar a cometer crimes.” Também a coordenadora de políticas públicas da associação Reshape (que além da área de advocacy realiza programas de relações humanas, empregabilidade e mentoria dentro e fora das prisões, contando ainda com um gabinete de inserção sociolaboral e o negócio social Reshape Ceramics, que só emprega reclusos ou ex-reclusos na produção de cerâmica), refere que “a legislação portuguesa é muito humanista”. “A lei tem ferramentas que se fossem implementadas eram ótimas”, realça. “O problema é que não são.” E exemplifica, dizendo que menos de 1,7% dos reclusos estão em regime aberto ao exterior (que permite saídas para trabalhar e para estudar, sem vigilância) e apenas 12,5% no aberto ao interior (que dá a possibilidade de trabalhar dentro e nas imediações da prisão, desde que acompanhado).

Carlos Rato não está com meias-medidas: “Ninguém quer investir no sistema prisional, porque isso não tem visibilidade. Ninguém quer saber”, atira. “Os muros das prisões não servem para impedir que as pessoas fujam de lá. Servem para impedir que nós vejamos o que se passa lá dentro.” Visão semelhante tem Jorge Mealha, que vê as prisões como “locais onde estão os esquecidos da sociedade”. “Esquecidos pela educação, pela ação social... Pessoas normais que estiveram abandonadas, locais onde vai desaguar tudo o que não funciona a montante. É um sistema sobre o qual o resto da sociedade não quer saber. Desde o 25 de Abril que fingimos que não há prisões.” ●

mjbourbon@expresso.impresa.pt